

**GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE
GESTORA DE PARTICIPAÇÕES
SOCIAIS, S.A.**

**Demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 2007 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

✓
✓
B

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A.

INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão da actividade Consolidada da Golden Actives - SGPS, S.A., bem como, as respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

Macroeconomia

O ano de 2007 foi marcado por diversos acontecimentos no mercado financeiro, destacando-se a crise no sector do crédito originária num pequeno segmento desse mercado, o segmento *subprime*, no qual estão incluídos empréstimos a indivíduos com risco de incumprimento elevado. A crise teve consequências ao nível do desempenho dos vários mercados e também no comportamento das principais variáveis macroeconómicas, embora neste campo os anos de 2008 e 2009 possam ser mais esclarecedores.

Ao nível macroeconómico, as economias desenvolvidas registaram um abrandamento da actividade económica e uma aceleração da inflação, sendo a economia americana o exemplo mais elucidativo deste desempenho. Nos EUA, a economia cresceu a um ritmo de 2.2% em 2007, abaixo dos 2.9% registados no ano anterior e dos 3.1% de 2005. A taxa de inflação subiu de 2.6% no final de 2006 para 4.1% no final de 2007. A Reserva Federal (FED) norte-americana desceu as taxas de juro de referência de 5.25% até 4.25%, tendo como objectivo conter os efeitos colaterais da crise do crédito eclodida em Agosto.

A economia da zona euro cresceu 2.2% em 2007 versus 3.2% em 2006. Destaque para a dinâmica das exportações para os países asiáticos que permitiu, para já, compensar a menor procura oriunda dos EUA, provocada não só pela desaceleração da economia americana como também pela queda do dólar.

A economia portuguesa cresceu 2.0% em 2007 (o maior crescimento desde 2000) com destaque para o dinamismo das exportações e do investimento e para a melhoria do saldo orçamental.

A inflação na zona euro registou uma tendência ascendente em 2007, tendo terminado o ano nos 3.1% versus 1.9% em finais de 2006. O Banco Central Europeu prosseguiu o ciclo de subida de taxas de juro iniciado no final de 2005, alterando gradualmente a taxa de referência de 3.5% no início de 2007 até 4.0% no final. Os riscos de inflação permanecem elevados, pelo que o BCE terminou o ano sinalizando a continuação do actual ciclo de subida de taxas de juro, apesar da crise do crédito generalizada.

As economias emergentes continuam a registar uma excelente performance económica. Na China o crescimento foi de 11.2% em 2007 versus 10.4% em 2006; na Índia o crescimento foi de 8.7% em 2007 versus 9.6% em 2006; a Rússia cresceu a um ritmo de 8.1% em 2007 versus 7.4% em 2006 e o Brasil cresceu a um ritmo de 6.2% em 2007 versus 5.14% em 2006.

Mercado de Capitais

O ano de 2007 foi marcado por alguma euforia accionista na primeira metade do ano e pela crise na segunda metade. Vejamos alguns dos acontecimentos que marcaram o ano de 2007:

- Aumento significativo da volatilidade.

No início de 2007 os indicadores de avaliação de risco dos vários activos financeiros estavam a níveis historicamente baixos (*spreads* de crédito, *credit default swaps*, volatilidade implícita na opções sobre acções, etc.). No final de Fevereiro, os mercados assustaram-se com notícias negativas na China e dos primeiros sinais da crise *subprime* (falência da New Century). A complacência dos mercados atrasou o eclodir da crise para Agosto.

– Dólar sob pressão vendedora.

A aproximação dos *yields* do dólar e do euro, a realocação de reservas por parte dos vários bancos centrais e a crise do crédito hipotecário foram os factores essenciais que abalaram a confiança dos investidores no dólar.

– Taxas de juro dos bancos centrais atingem pico de alta.

O pico das taxas de juro nos EUA ocorreu em 2006. Durante a primeira metade de 2007 a reserva federal americana manteve as taxas de juro nos 5.25%, mas, após o rebentar da crise do crédito, acabou por actuar de forma agressiva baixando as taxas de juro de 5.25% até 4.25% no final do ano. Quanto ao BCE, na primeira metade do ano confirmou as expectativas elevando as taxas de juro de 3.5% para 4%, mantendo-as depois inalteradas até final do ano.

- Um ano positivo nas bolsas e para as *commodities*. Mau ano do dólar.

Com raras excepções, os índices bolsistas tiveram um bom ano. Os ganhos resultaram em grande parte do bom início de ano, dado que, a partir da segunda metade de 2007, a tendência geral foi negativa e muito condicionada pela crise do crédito.

Nos EUA, o índice S&P subiu 3.53% em 2007 e o Nasdaq 100 18.67%. Na Europa, o DAX subiu 22.3%, o IBEX 7.32% e o Psi20 16.3%.

Os *yields* das obrigações americanas registaram uma tendência geral de descida em 2007. Por exemplo, o yield das obrigações a 10 anos cotava a 4.2% no final do ano versus 4.7% no início de 2007. Por sua vez, as obrigações alemãs a 10 anos cotavam com um *yield* de 4.33% no final de 2007 versus e 3.94% no início de 2007.

O euro fechou o ano a valorizar 10.5% face ao dólar, tendo atingido um novo máximo histórico (1.4967) no dia 23 de Novembro. O ano de 2007 foi marcado igualmente pela valorização do dólar canadiano que beneficiou da subida do preço crude. O iene não beneficiou da crise dos mercados accionistas nem da maior aversão ao risco. O eur-jpy subiu 3.74% em 2007.

O ano 2007 também foi marcado por uma alta das matérias-primas. Para além do petróleo, que subiu cerca de 50% em 2007, destaque para a subida das matérias-primas agrícolas e, dentro destas, do trigo que subiu 77% em 2007.

ACTIVIDADE

A Sociedade manteve as participações que detinha nas sociedades financeiras, a saber: a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (5% do capital social) e a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (100% do capital social).

No que toca à actividade da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., cumpre dar nota do seguinte:

Durante o ano de 2007 a GOLDEN BROKER focalizou-se, no essencial, no alargamento da sua rede de agências e consequentemente, no reforço da sua posição no mercado.

Num ano em que a GOLDEN BROKER deu seguimento à estratégia de abertura de Agências, iniciada em 2006, tendo em vista uma plena cobertura do território nacional, a componente de custos traduziu um comportamento adequado, repercutindo-se positivamente no desempenho económico da GOLDEN BROKER em 2007.

De facto, quer ao nível da margem financeira (+52%), quer do produto bancário (+8%), bem como do Resultado Líquido positivo de 29,590.27 €, a sociedade evoluiu favoravelmente, atingindo um resultado por acção, em 2007, de 0,42 € comparativamente aos 0,23 € do ano anterior.

No decurso do ano de 2007, o comportamento dos clientes da GOLDEN BROKER revelou uma gradual tendência de inversão. Se nos primeiros meses de 2007 o mercado norte americano ainda superava em volume de negociação o mercado do velho continente, tal situação inverteu-se ainda no final do 1.º semestre, circunstância que assumiu especial relevo com os acontecimentos conhecidos do “subprime”.

No que toca à Supervisão e Controlo, continuou a política de desenvolvimento e implementação de novos sistemas e procedimentos de controlo da actividade levada a cabo pela GOLDEN BROKER (descritos no Manual de Procedimentos para o efeito elaborado, e objecto de actualização, com vista a dar cumprimento às novas exigências legais e regulamentares).

Merece, ainda, especial referência o esforço de adaptação às exigências que decorrem da transposição da DMIF para a Ordem Jurídica nacional, a qual teve lugar em 01 de Novembro de 2007. Neste âmbito, foram alteradas as Cláusulas Gerais dos Contratos de prestação de serviços de investimento, o Regulamento Interno da GOLDEN BROKER e, bem assim, toda a documentação de prestação e recolha de informação dos clientes.

Tendo em vista sedimentar o conhecimento acerca do modo como a Golden Broker se organiza, as regras que regem a sua actividade e, bem assim, os serviços prestados foi organizada uma sessão de formação interna destinada a todos os colaboradores da GOLDEN BROKER.

Foi dada sequência ao projecto de expansão tendente a reforçar a capacidade de angariação da GOLDEN BROKER, consubstanciado: na abertura de três novas Agências da GOLDEN BROKER, situadas nos concelhos de Lisboa, de Cascais e de São João da Madeira; no reforço da rede de comerciais (20 Agentes Vinculados registados no final do exercício de 2007). Para permitir o controlo do processo comercial e a qualidade de acompanhamento ao cliente face a esta expansão comercial, foi iniciada a implementação do *software* de CRM da Microsoft para apoio à gestão comercial, que se prevê estar finalizada no primeiro semestre de 2008.

Ainda durante o ano de 2007, cumpre dar nota do aumento do peso dos clientes profissionais/institucionais no volume de negociação efectuado através da Golden Broker.

Como consequência do acima exposto, os resultados líquidos consolidados foram positivos no montante de 24.070 €.

PERSPECTIVAS

Prevê-se que durante o ano de 2008, os resultados consolidados do Grupo continuem a ser positivos – fruto da actividade e resultados das Sociedades participadas, em especial da Golden Broker – Sociedade Corretora S.A.

Todos os esforços no ano de 2008 continuarão a ser desenvolvidos no sentido de se reforçar a visibilidade da GOLDEN BROKER no mercado em que opera, nomeadamente, através da:

- Expansão em termos geográficos, em especial através da abertura de novas agências, sendo que, neste particular, foi já aberta a Agência de Braga e perspectiva-se que no final de 2008 o número total de Agências ultrapasse as 10.
- Alargamento da base de Clientes decorrendo das premissas acima expostas, do aumento do leque de instrumentos financeiros disponibilizados, do reforço das plataformas de negociação, do reforço dos serviços de investimento prestados e, ainda, da crescente capacidade de captação de Clientes.

Ao mesmo tempo, e com o propósito de reforçar o nível qualitativo dos serviços prestados, antevê-se um reforço dos procedimentos de supervisão e controlo. A qualidade de serviços será ainda beneficiada pela aposta que se manterá na formação de todos os colaboradores da Sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,

Ao Banco de Portugal pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 07 de Março de 2008

O Conselho de Administração



Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira
Presidente



Dr. Alfredo Manuel Pinto Menezes
Vogal



Eng. António Pedro Marques Gonçalves de Jesus Azevedo
Vogal



ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de Administração são titulares das seguintes acções da Sociedade e que foram as seguintes as transacções efectuadas durante o exercício de 2007:

	N.º ACÇÕES 31-12-2006	AUMENTOS		ALIENAÇÕES	N.º ACÇÕES 31-12-2007
		Aumento Capital	Aquisições		
Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	77.000	0	0	21.000 (1)	56.000
Dr. Alfredo Manuel Pinto Menezes	2.000	0	0	0	2.000

(1) Destas 21.000 acções foram alienadas 9.000 em 14 de Março de 2007 pelo preço unitário de 5,00 € e, como tal, pelo preço global de 45.000,00 € e 12.000 em 07 de Setembro de 2007 pelo preço unitário de 5,00 € e, como tal, pelo preço global de 60.000,00 €.

Os órgãos de Fiscalização não são titulares de quaisquer acções da Sociedade.

2. Para efeitos e nos termos do disposto no número quatro do Art. 448º do Código das Sociedades Comerciais, à data de encerramento do exercício de 2007, é a seguinte a posição accionista:

ACCIONISTA	N.º ACÇÕES	% PARTICIPAÇÃO
Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	56.000	56,00%
Sr. Joaquim Pedro Almeida da Costa	12.000	12,00%
Dra. Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho	10.000	10,00%
Dr. Vasco Alexandre Marques de Freitas	10.000	10,00%
Dr. Nuno da Silva Vilaça de Freitas	10.000	10,00%

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2007		2006	
		Valor antes de imparidades e amortizações	Imparidades e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		1.000	-	1.000	750
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	3.306.561	-	3.306.561	3.344.722
Activos financeiros disponíveis para venda	4	117.555	-	117.555	108.999
Aplicações em instituições de crédito	5	500.000	-	500.000	350.000
Outros activos tangíveis	6	222.434	(145.774)	76.660	96.744
Activos intangíveis	6	79.490	(58.376)	21.114	14.121
Activos por impostos correntes	7	28.079	-	28.079	15.046
Activos por impostos diferidos	7	-	-	-	10.109
Outros activos	8	1.644.766	-	1.644.766	1.073.144
Total do Activo		5.899.885	(204.150)	5.695.735	5.013.635
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS					
Responsabilidades por serviços prestados	24			23.257.049	20.455.961
Sistema de indemnização aos investidores	24			18.460	7.861

As notas anexas fazem parte integrante dos balanços em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.


O Técnico Oficial de Contas


O Conselho de Administração

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 25 DE OUTUBRO DE 2006
(DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE) E 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	Capital	Reservas de reavaliação de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado consolidado do exercício	Total dos Capitais Próprios
Saldo em 25 de Outubro de 2006		-	-	-	-	-
Constituição da Sociedade		500.000	-	-	-	500.000
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda		-	(101)	-	-	(101)
Diferença entre o custo de aquisição e o valor dos activos e passivos da sociedade incluída na consolidação		-	-	(121.588)	-	(121.588)
Resultado consolidado do exercício		-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		-	-	-	30.318	30.318
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		500.000	(101)	(121.588)	30.318	408.629
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	11	-	(337)	-	-	(337)
Aplicação do resultado do exercício de 2006:		-	-	-	-	-
Transferência para outras reservas e resultados transitados	11	-	-	30.318	(30.318)	-
Resultado consolidado do exercício		-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	11	500.000	(438)	(91.270)	24.070	432.362
Saldo em 31 de Dezembro de 2007		500.000	(438)	(91.270)	24.070	432.362

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.


O Técnico Oficial de Contas

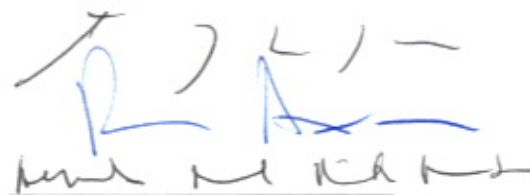

O Conselho de Administração

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 25 DE OUTUBRO DE 2006
(DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE) E 31 DE DEZEMBRO DE 2006
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	2007	2006
Juros e rendimentos similares	12	80.812	31.989
Juros e encargos similares	12	(4.724)	(359)
Margem financeira		<u>76.088</u>	<u>31.630</u>
Rendimentos de serviços e comissões	13 e 14	2.640.589	310.070
Encargos com serviços e comissões	15	(1.713.454)	(130.513)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-	(892)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	55
Resultados de reavaliação cambial		1.792	6.650
Outros resultados de exploração	16	(65.046)	(12.336)
Produto bancário		<u>939.969</u>	<u>204.664</u>
Custos com o pessoal	17 e 18	(244.963)	(61.767)
Gastos gerais administrativos	19 e 20	(618.619)	(83.377)
Amortizações do exercício	6	(36.948)	(9.723)
Resultado antes de impostos		<u>39.439</u>	<u>49.797</u>
Impostos			
Correntes	7	(5.260)	(4.458)
Diferidos	7	(10.109)	(15.021)
Resultado consolidado após imposto		<u>24.070</u>	<u>30.318</u>
Resultado por acção			
Básico	21	0,24	0,30
Diluído	21	0,24	0,30

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.


 O Técnico Oficial de Contas

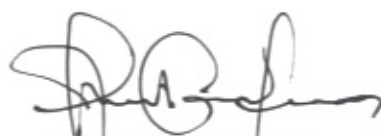

 O Conselho de Administração

GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2007 E PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 25 E OUTUBRO DE 2006
(DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE - NOTA INTRODUTÓRIA) E 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

	2007	2006
Actividades Operacionais:		
Juros, comissões e rendimentos recebidos	2.721.451	342.059
Juros, comissões e encargos similares pagos	(1.718.178)	(127.880)
Pagamentos ao pessoal	(211.985)	(55.610)
Recebimentos/ (Pagamentos) de impostos sobre o rendimento	(38.238)	(10.615)
Resultados de reavaliação cambial	1.793	42.548
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(680.074)	(98.705)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	74.769	91.797
Diminuições (aumentos) em:		
Activos e passivos avaliados ao justo valor	-	(892)
Activos financeiros detidos para venda	(7.950)	426
Outros activos	(77.773)	(11.118)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	(85.723)	(11.584)
Aumentos (diminuições) em:		
Outros passivos	71.545	(211.606)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	71.545	(211.606)
Fluxos das actividades operacionais (1)	60.591	(131.393)
Actividades de Investimento:		
Diminuições (aumentos) de investimentos financeiros (Nota 3)	-	(450.000)
Diminuições (aumentos) de investimentos em outras empresas	-	(102.500)
Diminuições (aumentos) de activos intangíveis	(4.040)	(1.835)
Diminuições (aumentos) de outros activos tangíveis	(19.549)	(5.812)
Fluxos das actividades de investimento (2)	(23.589)	(560.147)
Actividades de Financiamento:		
Subscrição de capital social	-	500.000
Emissões de dívida subordinada	-	60.000
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-	560.000
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	37.002	(131.540)
Efeito de variação de perímetro	-	512.077
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	380.537	-
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	417.539	380.537

As notas anexas fazem parte integrante desta demonstração.



O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE
25 DE OUTUBRO DE 2006 (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE – NOTA INTRODUTÓRIA)
E 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço consolidado naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Numerário	1.000	750
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis da Sociedade	66.539	29.787
Aplicações de curto prazo em instituições de crédito	350.000	350.000
	<u>417.539</u>	<u>380.537</u>
Caixa e seus equivalentes		
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis de terceiros	3.240.022	3.314.935
Aplicações de curto prazo em instituições de crédito de terceiros	150.000	-
	<u>3.807.561</u>	<u>3.695.472</u>
Disponibilidades constantes do balanço	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os montantes de 3.240.022 Euros e 3.314.935 Euros, respectivamente, referem-se às "Disponibilidades de terceiros" incluídas na rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito", mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 3 do anexo às demonstrações financeiras).

Em 31 de Dezembro de 2007, o montante de 150.000 Euros refere-se às "Aplicações de terceiros" incluídas na rubrica "Aplicações em instituições de crédito", mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 5 do anexo às demonstrações financeiras).



O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Sociedade" ou "Golden Actives"), foi constituída através de escritura pública celebrada em 25 de Outubro de 2006 tendo como objecto a gestão de participações em outras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Uma vez que a Sociedade foi constituída em Outubro de 2006 as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 não são comparáveis.

Durante o exercício de 2006, a Sociedade adquiriu participações financeiras correspondentes a 100% do capital da sociedade Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. e 5% do capital da sociedade Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.. Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2007 a Sociedade é a empresa mãe do Grupo Golden Actives ("Grupo"), o qual é constituído por si e pela Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., sediada no Porto, constituída em Abril de 2003, e que tem como actividades principais a corretagem e a gestão de patrimónios. Esta sociedade, detida a 100% pela Golden Actives, foi incluída na consolidação pelo método de integração global.

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos da Sociedade e da sua filial e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ou "*International Accounting Standards*" / "*International Financial Reporting Standards*" ("IAS / IFRS"), adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso do Banco de Portugal n.º 1 / 2005, de 21 de Fevereiro.

Durante o exercício de 2007, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006. Adicionalmente, tornou-se de aplicação obrigatória, para os exercícios com início em ou após Janeiro de 2007, a IFRS 7 – "Instrumentos Financeiros", a qual requer, em termos gerais, um acréscimo de divulgações. Contudo, a aplicação desta norma à actividade da Sociedade não implicou alterações relevantes à informação divulgada no anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram as seguintes:

1.1. Consolidação de empresas filiais

A Sociedade detém uma participação financeira numa empresa filial. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa.

As demonstrações financeiras da empresa filial são consolidadas pelo método consolidação integral. As transacções e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

Quando necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas filiais de modo a assegurar a sua consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo.

Nas situações em que as participações financeiras numa empresa filial sejam adquiridas a uma outra empresa detida pelos mesmos accionistas da Sociedade, estamos perante sociedades com controlo comum, não sendo obrigatória a aplicação do IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais". Consequentemente, as diferenças de consolidação positivas correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o valor líquido dos activos e passivos da empresa filial na data de aquisição, são registadas na rubrica "Outras reservas e resultados transitados" a deduzir ao valor dos capitais próprios, não procedendo a qualquer imputação do justo valor aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos, mantendo os valores contabilísticos que eram apresentados anteriormente.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)



O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos das empresas filiais, na proporção da participação efectiva e do período de detenção respectivos, após se efectuarem os ajustamentos de consolidação, designadamente, a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

1.2. Instrumentos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de aquisição pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

a) Activos financeiros

i) Contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação, bem como acções e prestações suplementares de entidades que não sejam classificadas como empresas filiais ou associadas.

Os activos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica "Reservas de reavaliação de justo valor", excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, até que o activo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na "Reserva de reavaliação de justo valor" é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incorridos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

1.3. Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, que não aumentem a vida útil dos activos, são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	<u>Anos de vida útil</u>
Obras em imóveis arrendados	10
Mobiliário e equipamento	8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 a 5
Equipamento de segurança	4
Equipamento de ambiente	5

O património artístico não é objecto de depreciação.

1.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três ou quatro anos (no caso de software associado a equipamento informático o mesmo é amortizado durante a vida útil do equipamento que lhe está associado).

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

1.5. Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados no exercício em que são incorridos.

1.6. Activos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos activos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados e nas carteiras de activos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro de 2007.

Os proveitos e custos apurados nas diferenças de moeda são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

1.7. Comissões

Os serviços prestados pelo Grupo são remunerados sob a forma de comissões de gestão, de consultoria e de corretagem registadas na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte do Grupo qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

As comissões cobradas pelo Grupo são as seguintes:

- O Grupo auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:

a) componente fixa anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;

b) componente variável (performance) é anualmente calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incidirá sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

- O Grupo auferir uma comissão de execução e uma comissão de liquidação no mercado à vista:

a) comissão de execução (corretagem), calculada e cobrada segundo a taxa definida, por cliente, em função do número de transacções intermediadas;

b) comissão de liquidação, calculada de acordo com os seguintes critérios:

- Número de transacções;
- Valor da transacção;
- Número de transacções de venda.

1.8. Rubricas extrapatrimoniais

1.8.1. Actividade de corretagem

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia, encontram-se registados pelo valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, pelo respectivo valor nominal (Nota 24).

1.8.2. Actividade de gestão de património

A actividade de gestão contratada de activos encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais no que respeita a investimentos em títulos (Nota 24). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo.

Os activos sob gestão, para além das disponibilidades, incluem unidades de participação em fundos de investimento e acções. As acções são valorizadas de acordo com as respectivas cotações de mercado, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respectivas Sociedades Gestoras (Nota 24).

1.9. Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os activos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projecções de evolução futura do negócio.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

1.10. Julgamentos e estimativas

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos. As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

1.11. Gestão do Risco Financeiro

A actividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

A Empresa transacciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Empresa a flutuações cambiais.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de alguns dos seus activos estarem expressos em moeda estrangeira.

Face à reduzida dimensão dos saldos em moeda estrangeira não foram efectuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez na Empresa implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a actividade operacional da Empresa.

1.12. Rédito e especialização de exercícios

O rédito é reconhecido como segue:

- na actividade de corretagem, o Grupo reconhece o rédito no momento da efectivação das transacções intermediadas;
- na actividade de gestão de patrimónios, o Grupo reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar do seu cálculo ser efectuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado, sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 8).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

1.13. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo das empresas ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo mas unicamente objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

1.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("non adjusting events"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

2. INVESTIMENTOS

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, respectivas sedes, percentagem efectiva de detenção do capital e actividade desenvolvida em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva de capital	Actividade
Golden Actives – S.G.P.S., S.A. (Empresa-mãe)	Porto	-	Sociedade gestora de participações sociais
Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.	Porto	100%	Sociedade corretora

A empresa "Golden Broker" foi adquirida em Outubro de 2006, pelo que a demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 apenas inclui dois meses de actividade desta sociedade.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
<u>Disponibilidades de terceiros:</u>		
Saxo Bank A/S	1.814.933	1.500.908
Banco Espírito Santo, S.A.	635.785	1.342.024
Banque Privée Edmond de Rothschild Europe, S.A.	323.345	177.645
Goldman Sachs International	305.635	57.714
Banco Português de Negócios, S.A.	82.600	97.104
Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona "La Caixa"	27.188	52.490
Banco BPI, S.A.	26.004	30.953
L.J. Carregosa, S.A.	8.313	3.404
Caixa Económica Montepio Geral	7.706	2.879
Banco Comercial Português, S.A.	4.745	12.500
Banco Santander Totta, S.A.	1.000	30.956
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	1.000	4.500
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	1.000	1.000
Finibanco, S.A.	768	858
	<u>3.240.022</u>	<u>3.314.935</u>
<u>Disponibilidades do Grupo:</u>		
Banco Espírito Santo, S.A.	64.452	26.705
Banco Comercial Português, S.A.	1.766	1.619
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santo Tirso, CRL	321	1.463
	<u>66.539</u>	<u>29.787</u>
	<u>3.306.561</u>	<u>3.344.722</u>

As disponibilidades de terceiros (clientes) registadas no balanço da Sociedade não lhes conferem o direito a qualquer remuneração.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

4. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
<u>Instrumentos de dívida</u>		
Obrigações de emissões públicas nacionais - taxa fixa	15.055	6.499
<u>Instrumentos de capital</u>		
Títulos não cotados de emissores nacionais	96.250	96.250
Prestações suplementares	6.250	6.250
	102.500	102.500
	<u>117.555</u>	<u>108.999</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as obrigações detidas podem ser detalhadas como se segue:

		<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor de balanço</u>
2007	Obrigações do Tesouro – OT 4,375 2007/2014	1.500.000	0,01 Euro	15.055
2006	Obrigações do Tesouro – OT 5,45 1998/2013	600.000	0,0108 Euro	6.499

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as obrigações encontram-se registadas ao seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as Obrigações do Tesouro estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 24).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as participações minoritárias em sociedades não cotadas correspondem a uma participação de 5% no capital social da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. no valor de 102.500 Euros, dos quais 6.250 Euros se referem a prestações suplementares.

Conforme a política definida na Nota 1.2., este investimento encontra-se registado ao seu custo de aquisição, o qual não excede o seu valor estimado de realização.

5. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica é constituída por dois depósitos a prazo: um depósito a prazo próprio, na instituição financeira Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, S.A. no montante de 350.000 Euros com o seu vencimento em Maio de 2008, e outro de clientes na instituição financeira Banco Português de Negócios no montante de 150.000 com o seu vencimento em Janeiro de 2008, os quais rendem juros a taxas de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica era constituída por um depósito a prazo na instituição financeira Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, S.A., o qual rendia juros a taxas de mercado com vencimento em Maio de 2007.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

6. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e o período compreendido entre 25 de Outubro de 2006 e 31 de Dezembro de 2006, o movimento nos outros "Outros activos tangíveis" e nos "Activos intangíveis", bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	2007				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Outros activos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	83.457	-	-	-	83.457
Mobiliário e equipamento	27.878	387	-	-	28.265
Equipamento informático	82.882	2.067	-	(268)	84.681
Instalações interiores	22.120	-	-	-	22.120
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	-	1.854	-	-	1.854
Património artístico	192	-	-	-	192
	218.394	4.308	-	(268)	222.434
Activos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	59.941	19.549	-	-	79.490
	59.941	19.549	-	-	79.490
	278.335	23.857	-	(268)	301.924

Rubricas	2007				
	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Outros activos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	32.417	8.345	-	-	40.762
Mobiliário e equipamento	10.073	3.392	-	-	13.465
Equipamento informático	57.511	8.301	-	(268)	65.544
Instalações interiores	20.249	3.516	-	-	23.765
Equipamento de segurança	1.400	468	-	-	1.868
Equipamento de ambiente	-	370	-	-	370
	121.650	24.392	-	(268)	145.774
Activos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	45.820	12.556	-	-	58.376
	45.820	12.556	-	-	58.376
	167.470	36.948	-	(268)	204.150

Rubricas	2006					
	Saldo inicial	Variação de perímetro	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Outros activos tangíveis:						
Obras em imóveis arrendados	-	81.626	1.831	-	-	83.457
Mobiliário e equipamento	-	27.253	585	-	-	27.878
Equipamento informático	-	79.503	3.379	-	-	82.882
Instalações interiores	-	22.103	17	-	-	22.120
Equipamento de segurança	-	1.865	-	-	-	1.865
Património artístico	-	192	-	-	-	192
	-	212.582	5.812	-	-	218.394
Activos intangíveis:						
Sistema de tratamento de dados	-	58.106	1.835	-	-	59.941

Rubricas	2006					
	Saldo inicial	Variação de perímetro	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Outros activos tangíveis:						
Obras em imóveis arrendados	-	31.026	1.391	-	-	32.417
Mobiliário e equipamento	-	9.495	578	-	-	10.073
Equipamento informático	-	52.417	5.094	-	-	57.511
Instalações interiores	-	19.915	334	-	-	20.249
Equipamento de segurança	-	1.322	78	-	-	1.400
	-	114.175	7.475	-	-	121.650
Activos intangíveis:						
Sistema de tratamento de dados	-	43.572	2.248	-	-	45.820

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

7. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os activos por impostos correntes são como segue:

	2007	2006
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:		
retenções na fonte	12.233	10.092
pagamento especial por conta	15.846	4.954
	<u>28.079</u>	<u>15.046</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os passivos por impostos correntes são como se segue:

	2007	2006
Estimativa de imposto corrente do exercício	<u>5.260</u>	<u>4.458</u>

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e durante o período compreendido entre 25 de Outubro de 2006 e 31 de Dezembro de 2006, os quais se referem à Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., foi o seguinte:

2007				
	Saldo inicial	Variação de perímetro	Diminuições	Saldo final
Activos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	<u>10.109</u>	<u>-</u>	<u>(10.109)</u>	<u>-</u>
2006				
	Saldo inicial	Variação de perímetro	Diminuições	Saldo final
Activos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	<u>-</u>	<u>25.130</u>	<u>(15.021)</u>	<u>10.109</u>

Nos exercícios de 2007 e 2006, a Sociedade e sua filial encontravam-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama, e as taxas de imposto agregadas foram 26,5% e 27,5%, respectivamente. A alteração ocorrida na taxa de imposto entre 2006 e 2007 resultou da alteração ocorrida no início de 2007 à Lei das Finanças Locais, nomeadamente, da taxa e forma de cálculo da derrama.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade e da sua filial relativas aos anos de 2004 a 2007 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Sociedades entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2007 e 2006 pode ser demonstrada como segue:

	2007		2006	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		39.439		49.797
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,5%	10.451	27,5%	13.694
Efeito da alteração da taxa de IRC para cálculo de impostos diferidos		-		1.785
Tributação autónoma		3.296		4.458
Outros		1.622		(458)
Imposto apurado com base na taxa efectiva	39,0%	15.369	39,1%	19.479
Do qual:				
- Reversão de activos por impostos diferidos		10.109		15.021
- Imposto corrente		5.260		4.458

8. OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Outros activos" pode ser detalhada como segue:

	2007	2006
Devedores diversos:		
Devedores por operações em derivados - Conta margem	1.499.891	781.319
Credores por operações sobre valores mobiliários - saldos devedores	119.339	255.210
Devedores diversos	34	10.483
	<u>1.619.264</u>	<u>1.047.012</u>
Rendimentos a receber	<u>6.175</u>	<u>3.769</u>
Despesas com custo diferido:		
Rendas	7.935	7.500
Outros	7.846	7.406
	<u>15.781</u>	<u>14.906</u>
Contas a regularizar	<u>3.546</u>	<u>2.037</u>
Outros activos - sector público administrativo:		
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	-	5.420
	<u>1.644.766</u>	<u>1.073.144</u>

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Outros passivos" pode ser detalhada como segue:

	2007	2006
Fornecedores e outros credores:		
Credores por operações em derivados - Conta margem	1.499.891	781.319
Credores por operações sobre valores mobiliários - saldos credores	3.422.035	3.558.459
Fornecedores c/c	37.760	11.912
	<u>4.959.686</u>	<u>4.351.690</u>
Encargos a pagar:		
Comissões	39.648	-
Remunerações	26.900	31.200
Encargos gerais administrativos	4.264	3.611
Empréstimos subordinados	-	653
Outros custos administrativos	25.312	17.021
	<u>96.124</u>	<u>52.485</u>
Receitas com rendimento diferido	-	950
Outras exigibilidades - sector publico administrativo:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares:		
Retenções na fonte	7.938	7.496
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:		
Retenções na fonte	1.902	40
Contribuições para a Segurança Social	3.401	2.947
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	26.361	-
Imposto do selo	2.701	24.940
	<u>42.303</u>	<u>35.423</u>
	<u>5.098.113</u>	<u>4.440.548</u>

As rubricas "Devedores por operações em derivados - Conta margem" e "Credores por operações em derivados - Conta margem" respeitam aos depósitos obrigatórios de margem efectuados pelo Grupo, relativamente a operações sobre derivados ordenadas pelos seus clientes. Adicionalmente, o Grupo exige dos seus clientes a constituição de depósitos de margem obrigatórios de igual montante.

A rubrica do activo "Devedores por operações sobre valores mobiliários - saldos devedores" corresponde aos saldos de operações já realizadas pela Sociedade por conta dos clientes, mas para as quais ainda não ocorreu por parte do cliente a respectiva liquidação financeira à Sociedade. O saldo daquela rubrica em 31 de Dezembro de 2007, inclui o montante de, aproximadamente, 118.000 Euros relativo a um saldo a receber, vencido, de um cliente que tem evidenciado risco de cobrança o qual está a ser apresentado, no balanço, líquido de uma conta a pagar a um terceiro, a qual não é exigível até àquele montante e enquanto aquele valor não for realizado, ao abrigo de um acordo celebrado em finais de Junho de 2007. Adicionalmente, aquela rubrica inclui ainda o montante de 55.000 Euros para o qual existe um acordo assinado entre a Sociedade e o cliente em exercícios anteriores, o qual prevê que o valor global inicial (100.000 Euros) iria ser liquidado em quatro prestações semestrais, com início em Junho de 2007. Até 31 de Dezembro de 2007, foram liquidados 45.000 Euros. Em 31 de Dezembro de 2007, aquela rubrica inclui ainda 64.000 Euros relativos a saldos a receber de outros clientes dos quais cerca de 50.000 Euros foram realizados entre Janeiro e Março de 2008.

A rubrica "Credores por operações sobre valores mobiliários - saldos credores" corresponde aos saldos a pagar pelo Grupo aos seus clientes, relativamente aos fundos que estes colocam na Sociedade e que ainda não foram utilizados na realização de operações sobre valores mobiliários (altura em que serão convertidos em títulos e registados apenas em rubricas extrapatrimoniais).

O Conselho de Administração não irá atribuir prémios aos seus colaboradores e membros do próprio Conselho de Administração relacionados com a performance do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, razão pela qual não constituiu qualquer provisão para esse efeito.

9. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

O saldo da rubrica "Outros passivos subordinados" em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 refere-se a empréstimos subordinados no montante de 160.000 Euros, obtidos junto dos accionistas da Sociedade, os quais não vencem juros, tendo sido celebrados por prazo indeterminado.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

10. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o capital da Sociedade estava representado por 100.000 acções nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

11. MOVIMENTOS NO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

A legislação vigente para o sector bancário, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A variação registada na rubrica "Reservas de reavaliação de justo valor" no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 diz respeito à valorização ao justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda (Nota 4).

O valor registado na rubrica "Outras reservas e resultados transitados" inclui 121.588 Euros relativos à diferença entre o custo de aquisição e o valor líquido dos activos e passivos da filial Golden Broker à data da aquisição (Nota 1.1).

12. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas rubricas têm a seguinte composição:

<u>Outros juros e rendimentos similares</u>	2007	2006
Depósitos à ordem	63.212	30.257
Juros de aplicações em instituições de crédito	16.997	1.732
Outros juros e rendimentos similares	603	-
	<u>80.812</u>	<u>31.989</u>
 <u>Outros juros e encargos similares</u>	 <u>(4.724)</u>	 <u>(359)</u>

13. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas rubricas têm a seguinte composição:

<u>Actividade de corretagem</u>	2007	2006
Comissões de corretagem - bolsa	1.344.396	83.872
Comissões de corretagem - fora de bolsa	1.249.109	222.093
	<u>2.593.505</u>	<u>305.965</u>
 <u>Actividade de gestão de activos</u>		
Comissões de gestão	3.808	1.115
Comissões de performance	43.276	2.990
	<u>47.084</u>	<u>4.105</u>
	<u>2.640.589</u>	<u>310.070</u>

14. DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Os proveitos registados na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram prestados, essencialmente, a clientes sedeados no mercado nacional e espanhol.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

15. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
<u>Actividade de corretagem</u>		
Comissões de corretagem	1.683.373	127.521
<u>Actividade de gestão de activos</u>		
Comissões de consultoria	-	-
Comissões de gestão	21.965	-
Serviços bancários	8.116	2.992
	<u>1.713.454</u>	<u>130.513</u>

16. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2007, o saldo desta rubrica refere-se, essencialmente, a Imposto sobre o Valor Acrescentado suportado pela subsidiária Golden Broker em virtude da mesma realizar operações que não liquidam aquele imposto pelo que também não conferem direito à dedução do imposto suportado.

17. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Remuneração dos órgãos de gestão (Nota 18)	37.729	28.497
Remuneração dos colaboradores	167.138	26.770
Encargos sociais obrigatórios	35.886	6.500
Outros custos com pessoal	4.210	-
	<u>244.963</u>	<u>61.767</u>

O quadro de pessoal do Grupo, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, pode ser resumido como segue:

	2007	2006
<u>Com funções administrativas de enquadramento :</u>		
Administradores - Executivos	3	3
Pessoal técnico	6	6
Pessoal administrativo	1	1
	<u>10</u>	<u>10</u>

18. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e o período compreendido entre 25 de Outubro de 2006 e 31 de Dezembro de 2006 as remunerações e outros encargos correntes atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Grupo ascenderam a 37.729 Euros e 28.497 Euros, respectivamente (Nota 17). A redução das remunerações do Conselho de Administração deve-se, essencialmente, à saída de um dos seus membros ocorrida no final de 2006, bem como à redução da remuneração do único administrador que actualmente auferia remunerações do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2007, não existiam adiantamentos ou créditos concedido a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

19. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2007	2006
Serviços especializados	322.441	33.300
Rendas e alugueres (Nota 20)	94.285	17.446
Publicidade	54.752	6.251
Deslocações e estadas	45.785	10.848
Rendas de locação operacional	32.473	-
Outros	68.883	15.532
	<u>618.619</u>	<u>83.377</u>

O aumento da rubrica "Serviços especializados" deve-se ao facto do Grupo ter suportado serviços administrativos e de formação em Espanha para apoio na expansão das operações.

20. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, não existiam saldos materialmente relevantes com outras empresas do grupo Golden Actives e outras entidades relacionadas, nomeadamente empresas do Grupo Golden Assets e suas subsidiárias, grupo esse com uma estrutura accionista idêntica à da Sociedade.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e o período compreendido entre 25 de Outubro de 2006 e 31 de Dezembro de 2006, as transacções realizadas com outras empresas do Grupo Golden Actives e outras sociedades relacionadas com accionistas comuns foram como segue:

	2007	2006
<u>Transacções com a Solid Assets - Promocão Imobiliária, Unipessoal, Lda,</u>		
Rendas e alugueres (Nota 20)	90.000	15.000
<u>Transacções com a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.</u>		
Custos suportados com a cedência de pessoal	36.000	-
Comissões recebidas	(29.274)	-
	<u>96.726</u>	<u>15.000</u>

21. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2007	2006
Resultado para efeitos do cálculo do resultado por acção líquido e diluído	24.070	30.318
Número médio ponderado de acções para efeitos de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído	100.000	100.000
Resultado por acção		
Básico	0,24	0,30
Diluído	0,24	0,30

22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 14 de Março de 2008. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Accionistas.



(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

24. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 estas rubricas têm a seguinte composição:

	2007	2006
<u>Compromissos perante terceiros</u>		
Responsabilidade potencial perante	18.460	7.861
o Sistema de Indemnização aos Investidores		
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores (Nota 1.8.1.)	19.988.841	15.491.032
Valores administrados pela instituição (Nota 1.8.2.)	3.268.208	4.964.929
	<u>23.257.049</u>	<u>20.455.961</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o saldo da rubrica "Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores" corresponde ao compromisso irrevogável que a Golden Broker assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, o Grupo tinha dado em penhor Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado em 31 de Dezembro de 2007 ascende a 15.055 Euros (Nota 4).

A rubrica "Depósito e guarda de valores" reflecte o saldo dos títulos em custódia, de clientes, entregues à guarda da Golden Broker, os quais são depositados em diversas instituições bancárias (títulos com existência física) e na CVM – Central de Valores Mobiliários (títulos desmaterializados).

Os activos geridos apresentam o seguinte detalhe:

	2007	2006
Fundos de investimentos mobiliários	1.767.145	2.202.181
Acções	958.923	1.598.299
Outros	542.140	1.164.450
	<u>3.268.208</u>	<u>4.964.930</u>

Estes activos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 1.8.

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

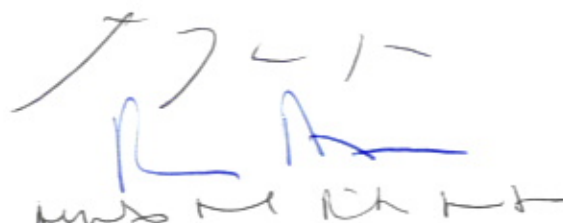
(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os “Fundos de investimento mobiliários” são, essencialmente, compostos como segue:

Título	2007			2006		
	Quantidade	Valor	Total	Quantidade	Valor	Total
Atmosphere Fund Class A	6.528,76	147,19	960.968	2.014,65	125,83	253.100
SG-Lyxor Paulson Fund	1.201,21	271,27	325.854	-	-	-
SG-Lyxor Winton Fund	1.850,02	183,16	338.850	3.714,61	174,45	648.014
Harbinger Capital A	360,00	289,83	104.339	-	-	-
Atmosphere Fund Class C	266,35	139,42	37.134	-	-	-
SG-Lyxor Campbell Fund	-	-	-	4.188,77	152,87	640.337
Fidelity Sel Software & Comp.	-	-	-	10.990,24	49,79	547.204



O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas da
Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os quais são da responsabilidade da Administração.

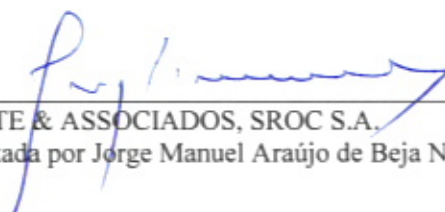
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Empresa, bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e das principais empresas englobadas na consolidação, as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, as Demonstrações consolidadas dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2007 preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, que inclui nos seus parágrafos 5 a 7 três ênfases, bem como o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o exposto nos parágrafos 5 a 7 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa e das empresas participadas, o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 28 de Março de 2008


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.,
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como as suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt
- Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade”) e subsidiárias, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 que evidencia um total de 5.695.735 Euros e capitais próprios de 432.362 Euros, incluindo um resultado líquido de 24.070 Euros, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como as suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500 000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311

Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

- Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

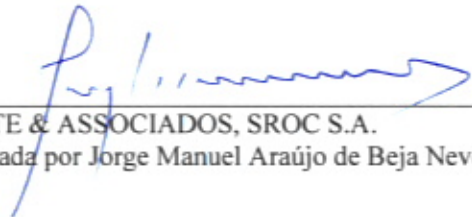
Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2007, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Ênfases

5. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na Certificação Legal das Contas datada de 30 de Março de 2007, contém uma reserva relativa ao não registo de uma perda de imparidade associada a conta a receber de difícil realização, a qual deixou de ser aplicável às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, conforme mencionado na Nota 8 do Anexo.
6. Sem afectar a nossa opinião expressa no parágrafo 4 acima, gostaríamos de referir que durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a Sociedade não cumpriu, na íntegra, com o disposto na legislação que rege a sua actividade no que se refere à limitação de concessão de crédito, na medida em que em 31 de Dezembro de 2007 existem contas a receber relativas a saldos de operações realizadas pela Sociedade por conta dos clientes, parte dos quais transitam de exercícios anteriores, para as quais não foi ainda àquela data concretizada a respectiva e integral liquidação financeira. Estas situações encontram-se detalhadas na Nota 8 do Anexo.
7. Conforme referido na Nota Introdutória do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Sociedade foi constituída em 25 de Outubro de 2006, pelo que as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2007 não são directamente comparáveis com as do exercício anterior.

Porto, 28 de Março de 2008



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

ACTAS

ACTA N.º 2

Aos trinta e um dias do mês de Março de dois mil e oito, pelas dez horas, reuniu na sede social sita na Avenida da Boavista, número 2427/2429 (dois mil quatrocentos e vinte e sete/ dois mil quatrocentos e vinte e nove), na cidade do Porto, a Assembleia Geral da GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A., pessoa colectiva e registada na 2ª Secção da 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto com a matrícula número 507.557.514 com o capital social de 500.000 euros (quinhentos mil euros) com a seguinte ordem do dia:_____

Um - Deliberar sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço e Contas do exercício de 2007;_____

Dois – Deliberar sobre o Relatório de Gestão, Balanço e contas, consolidados, do exercício de 2007; _____

Três - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;_____

Quatro - Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;_____

Encontravam-se presentes accionistas titulares de acções representativas da totalidade do capital social, que assinaram a lista de presenças. _____

A lista de presenças e outros documentos foram arquivados em pasta própria que se deve considerar anexa à presente acta, nos termos do artigo sexagésimo terceiro do Código das Sociedades Comerciais. _____

Os trabalhos foram dirigidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha e secretariados pela Dra. Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho.

O Presidente da Mesa abriu a sessão e declarou que não haviam sido publicados os avisos convocatórios mas, dada a vontade expressa dos accionistas presentes detentores da totalidade do capital social, declarou que se encontravam satisfeitas todas as condições legais e estatutárias necessárias ao regular funcionamento da assembleia, desde que respeitada a ordem do dia supra referida. _____

Iniciando a análise do primeiro ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o Relatório de Gestão e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2007, os quais foram aprovados por unanimidade. _____

Passando para o segundo ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o Relatório de Gestão e os demais documentos de prestação de contas, consolidados, relativos ao exercício de 2007, os quais foram aprovados por unanimidade. _____

O terceiro ponto da ordem do dia foi também apresentado pelo Presidente da Mesa, que leu a seguinte proposta feita pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira: «Propõe-se que os resultados líquidos negativos do exercício no valor de 5.518,74 €, (cinco mil, quinhentos e dezoito euros e setenta e quatro cêntimos), sejam transferidos para Resultados Transitados. _____

ACTAS

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade. _____

O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do quarto ponto da ordem do dia. Solicitou a palavra o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira, que teceu considerações acerca da evolução geral da economia e expôs os actos de gestão mais relevantes verificados no exercício em análise. O Presidente da Mesa apresentou então a seguinte proposta: _____

«Proponho que seja conferido um voto de louvor aos titulares dos órgãos de administração e fiscalização desta sociedade», a qual foi aprovada por unanimidade. _____

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu esta sessão por encerrada cerca das dez horas e vinte minutos, para constar, dela se lavrou a presente acta que depois de lida vai ser assinada pelos membros da Mesa, em sinal de conformidade. _____

A Mesa da Assembleia Geral

O Presidente,



A Secretária,

